



Fórum de Diálogo Político na África Austral sobre Docentes para o Futuro

**Pretória, República da África do Sul
8 de Dezembro de 2005**

Declaração de Pretória sobre os Docentes

Preâmbulo

1. Representantes de governos, sindicatos de docentes e empregadores do sector privado de 13 países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Nigéria reuniram-se em um Fórum de diálogo político em Pretória, República da África do Sul, de 6 a 8 de Dezembro de 2005, sob os auspícios de um programa lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a falta de docentes e sobre a Educação para Todos (EPT).
2. O Fórum examinou as amplas investigações e os trabalhos analíticos relativos ao tema principal que realizaram grupos directores nacionais tripartites ou bipartites representando quatro países que participam no programa desde 2004 (África do Sul, Lesoto, Maurícios e Nigéria), e as experiências e políticas pertinentes de 10 outros países da SADC (Angola, Botswana, Malávi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué), bem como aquelas de organizações internacionais e regionais - OIT, UNESCO, Internacional da Educação, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), Secretariado do Commonwealth e SADC.
3. Após um exame cuidadoso, o Fórum adoptou por unanimidade no dia de hoje, 8 de Dezembro, a ***Declaração de Pretória sobre os Docentes***, cujo exame das disposições faz recomendações aos Ministros da Educação da SADC, ao Ministro da Educação da Nigéria e aos Ministros da Educação dos outros Estados africanos reunidos em Adis Abeba em Janeiro de 2006.

Observações gerais

4. Os docentes são elementos essenciais em uma educação para todos de qualidade: um número suficiente de docentes profissionais qualificados, adequadamente remunerados e altamente motivados é essencial para conseguir uma Educação para Todos (EPT) de qualidade e para alcançar os ODM.
5. A falta de docentes constitui uma ameaça para os nossos objectivos de educação: as falhas quantitativas e qualitativas, actuais e potenciais, representam um dos principais desafios para os nossos objectivos nacionais e exigem soluções políticas urgentes para assegurar o acesso, a equidade e a qualidade da educação.

6. Os sistemas, estruturas e culturas de educação dos diversos países participantes são diferentes e as soluções para a falta de docentes qualificados devem levar em conta as situações nacionais.

7. A adopção e aplicação de soluções para os desafios deste sector requerem uma parceria dos principais actores implicados neste Fórum, em particular os governos e principalmente os Ministérios da educação e as Comissões dos serviços do ensino, que são os principais empregadores de docentes, os sindicatos de docentes e os empregadores do sector do ensino particular, bem como os demais interessados, para elaborar soluções baseadas num diálogo social segundo as normas e os princípios internacionais do trabalho e a Recomendação OIT/UNESCO relativa ao estatuto dos docentes de 1966. Qualquer diálogo social construtivo baseia-se no respeito e na aplicação das Convenções pertinentes da OIT.

Direcção e financiamento

8. Recomenda-se que os países da SADC e a Nigéria examinem e melhorem os instrumentos de direcção e gestão aplicáveis aos sistemas educativos.

9. Dadas as poucas despesas consagradas à educação em muitos países da África subsaariana, convém encarar a elaboração de uma referência comum em matéria de despesas para a educação, por exemplo 5 a 6 por cento do PIB. Paralelamente, as autoridades do ensino deveriam examinar as medidas internas de eficiência para assegurar que os investimentos em matéria de educação são devidamente utilizados.

10. Seria conveniente efectuar um estudo dos custos para quantificar os recursos necessários em matéria de docentes para alcançar os ODM até 2015, incluindo se necessário o reforço dos níveis secundário e terciário. O Fórum recomenda a criação de grupos de trabalho dentro da SADC, bem como outros fóruns regionais, para efectuar investigações mais profundas neste campo.

11. Para completar os recursos públicos disponíveis para a educação, é necessário desenvolver parcerias eficazes e eficientes entre os sectores público e privado, dentro de um quadro regulamentar claramente definido.

Características e utilização da profissão docente

12. Actualmente, a oferta e a procura de docentes difere consoante o país: existe em certos países penúria resultando de pressões demográficas e do impacto de factores como o VIH e o SIDA, enquanto não há penúria ou até há excesso de docentes em outros. No entanto, todos os países estão de acordo quanto à necessidade de um sistema de informação sobre a gestão da educação (EMIS) global e facilmente utilizável, incluindo dados repartidos por sexo, a elaborar e utilizar pelos empregadores do sector da educação como instrumento de planificação para o futuro. Os Ministros da educação, as Comissões dos serviços do ensino e as entidades de formação de docentes, em parceria com os sindicatos de docentes e os empregadores do sector privado, devem investir prioritariamente na elaboração deste instrumento.

13. O recrutamento e a conservação de docentes qualificados em postos situados em zonas rurais isoladas e geograficamente desfavorecidas, cada vez mais em zonas urbanas difíceis de muitos países e em disciplinas com faltas crónicas como a matemática, as ciências, as TIC e algumas línguas, são alguns dos principais desafios à nossa frente. Os países participantes no Fórum defendem as seguintes soluções políticas:

- a) programas bem orientados de incentivos materiais, equitativos e eficientes;
- b) maiores possibilidades de avaliação e de oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo para os docentes activos nessas zonas, para enfrentar com êxito o isolamento, o desafio de escolas com classes de graus múltiplos e os ambientes de trabalho difíceis.

14. No âmbito da feminização crescente do corpo docente nos países do Fórum segundo as estatísticas disponíveis, deveriam ser adoptadas estratégias e medidas de recursos humanos orientadas para assegurar maior equilíbrio entre os sexos:

- a) recrutamento de docentes de sexo masculino em função das necessidades identificadas nos níveis ou disciplinas sub-representados, tendo um cuidado particular com o ensino primário;
- b) iniciativas de reforço das capacidades e outras medidas destinadas a conseguir maior igualdade de oportunidades para as docentes qualificadas, permitindo-lhes de adquirir responsabilidades de gestão;
- c) aplicação do conceito "para trabalho igual, salário igual".

15. Para responder às preocupações de certos países participantes no Fórum que apresentam desequilíbrios em matéria de repartição por idades, ou seja a saída de número importante de docentes mais idosos e experientes e o recrutamento de muitos docentes mais jovens e menos experientes, nomeadamente nas zonas rurais, seria conveniente recorrer ao EMIS para orientar e criar medidas de recrutamento e incentivos destinados a conseguir um equilíbrio das idades na profissão docente.

Atrair e recrutar docentes de qualidade: formação docente e aperfeiçoamento profissional

16. O grande número de docentes não qualificados ou pouco qualificados em muitos países e as faltas persistentes em outros requerem a elaboração de estratégias nacionais de formação docente e de aperfeiçoamento profissional. Essas estratégias podem conter os seguintes elementos:

- a) Privilegiar objectivos e programas cronológicos para formar os docentes existentes e futuros segundo normas definidas a nível nacional;
- b) Desenvolver as entidades de formação de docentes;
- c) Reformar a formação docente para responder à evolução das necessidades de ensino e aprendizagem e do papel dos docentes;
- d) Recrutar professores jovens para as disciplinas críticas, como matemática, ciências e TIC, eventualmente graças ao recurso a bolsas;
- e) Criar centros de aperfeiçoamento profissional para docentes.

Alguns países diminuíram as normas de formação de docentes para alcançar os objectivos universais do ensino básico. Essas medidas devem ser consideradas provisórias e ser abandonadas o mais depressa possível.

17. No âmbito das estratégias nacionais de formação docente, convém criar prioritariamente em todos os países um programa polivalente de formação profissional contínua (durante o emprego) para todos os docentes. Recomenda-se como norma um investimento/financiamento mínimo de 1% por ano sobre a massa salarial dos docentes.

18. Sugere-se aos países de criarem um conselho de docentes ou uma entidade similar com a participação de docentes em exercício, tanto do sector público com do sector privado, e de representantes deles. Essas entidades destinam-se a fixar, aplicar e acompanhar as normas profissionais graças à concessão de patentes a todos os docentes. Quando não existem ainda, deveriam ser elaborados e aplicados eficientemente códigos de conduta ou de ética regendo as responsabilidades profissionais dos docentes.

19. A formação docente e a elaboração de currículos nas línguas apropriadas deveriam ser prioritárias, para assegurar a todos uma instrução básica, em particular nas zonas rurais, a partir dos primeiros anos do ensino primário.

20. Para melhorar a visibilidade e o reconhecimento intrínseco da profissão docente, os países deveriam lançar campanhas regulares nos órgãos de comunicação social e outras campanhas de publicidade, criar e promover prémios para docentes e organizar actividades em redor do Dia Mundial dos Professores, que é em 5 de Outubro. Este dia deveria ser feriado para todos os docentes.

Emprego, carreiras, condições de ensino e aprendizagem

21. A remuneração e as vantagens sociais são factores muito importantes para recrutar e conservar docentes de qualidade. Os sistemas de remuneração deveriam conciliar os seguintes elementos: capacidade financeira do governo, verbas orçamentais para despesas de pessoal e outras, índices fornecidos pelos níveis de salário comunicados a quem mede o ensino pelo valor que o país atribui à profissão docente e vantagens comparativas em relação às remunerações propostas por outras profissões com qualificações e características de emprego similares.

22. A gestão das remunerações deve ser reforçada para assegurar um pagamento pontual e directo dos salários dos docentes, a fim de evitar absentismo e perda de ânimo.

23. Os países deveriam examinar e adaptar as estruturas das suas carreiras docentes, de forma a fornecer oportunidades profissionais interessantes e diversificadas aos docentes, nomeadamente postos de docente especializado. No âmbito da reforma dos processos de recrutamento de docentes, aconselha-se aos países participantes no Fórum de implementarem um programa de monitores para todos os novos docentes.

24. Podem ser utilizados novos sistemas de evolução de carreira e de gestão dos resultados para fomentar maior recompensa para a inovação, o ensino de qualidade, os resultados da aprendizagem e a formação profissional contínua, contanto respeitem os

seguintes princípios básicos das normas internacionais: a) dependerem de consultas ou negociações com os sindicatos de docentes representando colectivamente o sector; b) serem transparentes e aplicados na base dos melhores critérios objectivos existentes; c) serem susceptíveis de evolução no momento da aplicação.

25. O número de alunos por turma deveria ser fixado em níveis permitindo o maior intercâmbio pessoal possível entre docente e alunos. Nos países com números de alunos excessivos, o tamanho das turmas não deveria ultrapassar 40 alunos. Nos países com maior capacidade e mais necessidade de conseguir níveis de aprendizagem mais elevados, o ideal seria ter 30 alunos ou menos por docente, em particular durante os primeiros anos de escola.

26. Apesar dos constrangimentos orçamentais existentes em muitos países, é urgente conseguir mais investimentos em infra-estruturas e novas abordagens pedagógicas, incluindo a utilização das TIC pelos docentes no seu trabalho.

27. Para combater o impacto severo do VIH e do SIDA sobre a profissão docente na maior parte dos países participantes no Fórum, seria conveniente que os sistemas de ensino criassem uma estratégia nacional e institucional em matéria de educação. O programa conjunto OIT/UNESCO para melhorar as respostas ao VIH e ao SIDA no sector educativo poderia ser útil nesse âmbito.

Diálogo social e participação no processo decisório

28. Os docentes devem ser associados de perto à adopção e implementação das políticas educativas para assegurar que as dominam e as aplicam eficientemente. Para tal, os países da SADC e a Nigéria, que ainda não dispõem de uma estrutura institucional de diálogo social entre empregadores do sector do ensino e docentes mediante a troca regular de informações, consulta sobre os problemas políticos e negociação das condições de emprego e de trabalho deveriam criar prioritariamente esse tipo de estruturas e prever igualmente mecanismos de resolução de litígios. Os mecanismos e a experiência do Conselho das relações laborais na educação da África do Sul poderiam servir de modelo. É igualmente possível solicitar a assistência técnica da OIT para criar as entidades apropriadas e aplicar os seus mecanismos.

29. Devem ser ainda desenvolvidas parcerias efectivas associando escolas, docentes e pais do ensino primário, estudantes e pais do ensino secundário e actores comunitários, de forma a não reduzir a responsabilidade profissional dos docentes. Recomenda-se a adopção de uma política nacional.

Mobilidade e migrações regionais e nacionais: Dispositivos de qualificações

30. Os países da SADC e a Nigéria deveriam multiplicar os actuais esforços para elaborar e implementar um dispositivo de mobilidade dos docentes reciprocamente vantajoso, permitindo o reconhecimento das qualificações, a concessão de patentes e o recrutamento de docentes além das fronteiras nacionais. As migrações dos docentes poderiam ser geridas prevendo possibilidades de intercâmbio de docentes ou permitindo que recorram a licenças sem vencimento ou outras disposições laborais para ensinar no estrangeiro. As autoridades do ensino devem examinar com mais cuidado o

alcance e o impacto da mobilidade dos docentes sobre a educação e adoptar soluções políticas para maximizar as vantagens e minimizar os impactos negativos. Podem ser examinadas as recomendações específicas do Fórum a esse respeito.

31. Solicita-se urgentemente aos países participantes no Fórum que implementem dispositivos nacionais de qualificação como base para um dispositivo regional. Esses dispositivos devem respeitar as necessidades e interesses de todos os países e de cada docente individual, utilizando como modelo o Protocolo de recrutamento de docentes do Commonwealth.